

DEMOCRACIA EM PORTUGAL: O PAPEL DA AÇÃO COLETIVA CONTENCIOSA

ANA RAQUEL MATOSⁱ

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC)
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC)

RESUMO

Este artigo analisa a participação política em Portugal, distinguindo mecanismos institucionais de modalidades contenciosas. O objetivo é discutir como estes repertórios de ação coletiva, considerados não convencionais e frequentemente mobilizados por movimentos sociais, podem contribuir para a revitalização democrática, ampliando o espaço público e pressionando a (re)formulação de políticas. Com base em literatura selecionada e exemplos ilustrativos do contexto português, este artigo propõe uma leitura interpretativa do valor democrático da participação contenciosa.

PALAVRAS-CHAVE: participação política, ação coletiva, democracia, Portugal

ABSTRACT

DEMOCRACY IN PORTUGAL: THE ROLE OF CONTENTIOUS COLLECTIVE ACTION

This article examines political participation in Portugal, distinguishing between institutional mechanisms and contentious forms of engagement.

Its aim is to discuss how these repertoires of collective action, considered non-conventional and frequently mobilized by social movements, may contribute to democratic revitalization by expanding the public sphere and exerting pressure for the (re)formulation of policies. Drawing on selected literature and illustrative examples from the Portuguese context, the article offers an interpretive reading of the democratic value of contentious participation.

KEYWORDS: political participation, collective action, democracy, Portugal

RESUMÉ

DÉMOCRATIE AU PORTUGAL: LE RÔLE DE L'ACTION COLLECTIVE CONTESTATAIRE

Cet article analyse la participation politique au Portugal, en distinguant les mécanismes institutionnels des modalités contestataires. Il vise à discuter de la manière dont ces répertoires d'action collective, considérés comme non conventionnels et fréquemment mobilisés par les mouvements sociaux, peuvent contribuer à la revitalisation démocratique, en élargissant l'espace public et en exerçant une pression sur la (re)formulation des politiques publiques. À partir d'une littérature sélectionnée et d'exemples illustratifs du contexte portugais, l'article propose une lecture interprétative de la valeur démocratique de la participation contestataire.

MOTS-CLÉS: participation politique, action collective, démocratie, Portugal

1. PARA ALÉM DA REPRESENTAÇÃO: REDEFININDO A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

A democracia assenta na soberania popular, geralmente exercida de forma representativa por meio de eleições livres. Contudo, a conceção liberal-representativa é amplamente contestada devido às suas limitações em termos de inclusão, responsividade e justiça social, sobretudo em contextos marcados por desigualdades e crises de legitimidade. Em resposta, emergem formas alternativas de participação – diretas, horizontais e, por vezes, contestatosa – que ampliam o espaço democrático e desafiam a separação entre sociedade civil e Estado, bem como entre representação e ação política (Mouffe, 2000; Fraser, 2009; Rancière, 2014).

Embora alguns autores associem a participação às suas expressões institucionalizadas, designadas como participação pública ou cidadã (Fung, 2006; Bobbio, 2019), adota-se aqui uma concepção mais ampla: a participação política. Esta inclui práticas institucionais – assembleias municipais, orçamentos participativos, consultas públicas – e formas contenciosas, como protestos, ocupações, desobediência civil e mobilizações online (Tilly e Tarrow, 2015; Tormey, 2015). Esta abordagem alinha-se com Van Deth (2014), que propõe uma cartografia da participação política integrando modalidades convencionais e não convencionais, superando definições restritivas. Defende-se, assim, uma perspetiva integrada que reconhece a diversidade de formas participativas, com destaque para o papel dos grupos marginalizados na revitalização democrática.

A vitalidade democrática requer a inclusão de formas de participação contenciosa, que ampliam os canais tradicionais e respondem à desafeição crescente face às instituições representativas (Torcal e Montero, 2006). A participação, do voto ao protesto, é crucial nesse sentido (Teorell, 2006), especialmente no contexto de “pós-democracia” identificado por Colin Crouch (2004), onde elites concentram o poder de decisão, aprofundando a desconfiança política.

Assim, a participação através do conflito não fragiliza a democracia, mas pode funcionar como força crítica que desafia a representação e promove novas formas de deliberação. Esta dinâmica enfrenta a crise do modelo democrático (Lijphart, 1997; Van Reybrouck, 2017), marcada pelo distanciamento entre eleitores e eleitos, pela ineficácia das respostas políticas e pelo aumento da desconfiança institucional.

Há cerca de quatro décadas, propostas de reforço da participação cidadã têm privilegiado dispositivos deliberativos institucionalizados como resposta a essa crise. Estes mecanismos valorizam o diálogo racional e o consenso (Habermas, 1996; Gutmann e Thompson, 2004), mas entram em tensão com formas de participação não convencionais, como os repertórios de ação coletiva pelo protesto.

Neste artigo, analisa-se a participação política na democracia portuguesa, a partir de contributos recentes que investigam práticas concretas de mobilização cidadã. Dá-se especial atenção às modalidades contenciosas de participação, procurando compreender o seu impacto

social, a influência na formulação de políticas públicas e o contributo para a renovação democrática.

2. TRAJETÓRIA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM PORTUGAL

A Revolução de 25 de abril de 1974 pôs fim a quase meio século de ditadura do Estado Novo, que restringia fortemente a participação política: sufrágio limitado, partidos proibidos, sindicatos subordinados ao Estado e repressão pela censura e pela polícia política (PIDE/DGS). A mobilização cívica era mínima e controlada. Com o 25 de abril iniciou-se a democratização, consagrada na Constituição de 1976, que garantiu liberdades fundamentais, sufrágio universal, multipartidarismo e direitos sociais, abrindo espaço à participação cidadã tanto nos canais institucionais como nas dinâmicas sociais de base.

A década de 1970 foi marcada por intensa mobilização popular, sobretudo no mundo do trabalho – greves, ocupações e lutas sociais que desempenharam papel central na construção da democracia. Nas décadas seguintes consolidaram-se os mecanismos formais de participação – eleições regulares para a Assembleia da República e para as autarquias, e, após a adesão à Comunidade Económica Europeia em 1986, para o Parlamento Europeu – bem como o referendo, previsto constitucionalmente desde 1976. Paralelamente, a sociedade civil organizou-se em associações, cooperativas, sindicatos e movimentos sociais, com forte capacidade reivindicativa nas primeiras décadas da democracia.

Com a consolidação democrática e a integração europeia surgiram instrumentos destinados a suplementar a representação tradicional – conselhos consultivos, consultas públicas, a iniciativa legislativa de cidadãos (prevista na revisão constitucional de 1997 e regulamentada em 2003) e, mais recentemente, experiências-piloto de assembleias cidadãs. Contudo, muitos desses mecanismos são criticados por terem impacto limitado, por serem percebidos como distantes e burocráticos, e por não responderem eficazmente às necessidades sociais, o que alimenta uma desafeição política visível na queda da participação eleitoral e na erosão da confiança nas instituições. É neste cenário de

crise da representação que ganham relevo as formas de ação coletiva contenciosa, que desafiam o *status quo* e procuram novos espaços de expressão e reivindicação fora dos canais tradicionais.

2.1. A ação coletiva contenciosa em Portugal

A participação contenciosa constitui uma forma de envolvimento cívico motivada por desigualdades persistentes e pelo descontentamento com o funcionamento das instituições. Traduz-se em ações disruptivas no espaço público – como manifestações, ocupações ou protestos digitais – que emergem quando os canais tradicionais de participação são percecionados como ineficazes (Tilly e Tarrow, 2015). Ao contrário das abordagens deliberativas, centradas no diálogo e no consenso, a ação contenciosa assenta na oposição ativa, denunciando injustiças, visibilizando causas marginalizadas e mobilizando práticas de resistência (Tilly, 2011; Della Porta, 2015).

Em Portugal, essas formas de ação têm longa tradição, anterior à institucionalização democrática (Palacios Cerezales, 2011). As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por lutas operárias e greves massivas. Em democracia, os protestos tendem a ser pacíficos (Fernandes *et al.*, 2021) e, nas últimas duas décadas, observaram-se mudanças nos repertórios e nas causas: da precariedade laboral (Soeiro, 2012) à crise climática (Carvalho *et al.*, 2014), incluindo habitação (Mendes e Tulumello, 2024), racismo (Santos e Vasconcelos, 2019) e questões LGBTQIA+ (Santos, 2013).

Estas mobilizações, muitas vezes fora das estruturas tradicionais, combinam ativismo presencial, desobediência civil e estratégias digitais, articulando-se em múltiplas escalas e agendas interseccionais. Aproximam-se do paradigma dos Novos Movimentos Sociais (Touraine, 1981; Melucci, 1985; Della Porta e Diani, 2020), ao privilegiarem valores identitários, culturais e ético-políticos em vez da conquista do poder institucional (Offe, 1985). Coletivos ligados à habitação, ao ambiente, ao antirracismo e às questões LGBTQIA+ ilustram esta lógica em Portugal, articulando ação local com redes globais, emocionalidade com estratégia, protesto com criatividade política. A crescente distância face à política institucional é especialmente visível entre os jovens, que,

como destaca Magalhães (2022), tendem a reforçar formas alternativas de ação, participando mais em mobilizações contenciosas do que na política convencional.

Ao desafiar os limites da representação e mobilizar cidadãos excluídos dos processos decisórios, estes movimentos funcionam como mecanismos de escrutínio e pressão, contribuindo para a regeneração democrática (Della Porta, 2013). Ao exigir respostas e dar visibilidade a causas silenciadas, reforçam paradoxalmente a democracia, oferecendo alternativas à crise de representação e combatendo a apatia política.

Exemplos concretos em Portugal ilustram o impacto da participação contenciosa. Durante a crise financeira de 2008, os protestos contra a austeridade demonstraram como o conflito social pode influenciar a política institucional. Embora pouco estruturados, articularam-se com sindicatos e partidos políticos (Baumgarten, 2013; Accornero e Pinto, 2015), alcançando conquistas. Além do recuo na proposta de redução da Taxa Social Única (TSU), o ciclo de protestos contra a austeridade contribuiu para a reconfiguração do discurso político dominante, impulsionou novas formas de organização cidadã e influenciou, de forma indireta, decisões políticas subsequentes, como os acordos que sustentaram a chamada “geringonça”, a solução governativa de 2015 entre o PS, BE, PCP e PEV.

No plano ambiental, destacam-se a oposição à exploração de combustíveis fósseis no Algarve e Alentejo (2019–2020), os protestos contra megaparcos solares em zonas sensíveis (Delicado *et al.*, 2013) e, mais recentemente, a luta contra a mineração de lítio (Carvalho, 2024). Essas mobilizações articulam preocupações ecológicas, justiça territorial e crítica ao modelo tecnocrático de transição energética. Em vários casos, conseguiram suspender ou travar projetos em curso, como no caso da exploração de petróleo e gás offshore, cuja concessão foi cancelada após forte contestação pública. Também contribuíram para aumentar o escrutínio público sobre processos de avaliação ambiental e reforçar a visibilidade mediática e política das alternativas propostas pelos movimentos. Ainda que algumas lutas permaneçam em aberto, têm conseguido reconfigurar o debate público, influenciar decisões políticas e

legitimar formas descentralizadas e participativas de pensar o território e a transição ecológica.

Na área da habitação, vários coletivos denunciam despejos e especulação imobiliária, recentrando o debate público no direito à cidade. Estas mobilizações visibilizam a crise habitacional e introduzem no discurso público conceitos como justiça habitacional, gentrificação e direito ao lugar (Tulumello e Mendes, 2022). Por meio de ações simbólicas, protestos criativos, campanhas em redes sociais e articulações com o setor acadêmico, influenciam políticas públicas, como medidas de regulação do alojamento local e iniciativas de arrendamento acessível. Apesar dos resultados desiguais e da resistência institucional, estas lutas consolidam novas formas de participação cidadã e repoliticizam o espaço urbano, desafiando interesses imobiliários e financeiros.

Combinando protesto, redes digitais e criatividade política, os movimentos sociais atuais permanecem relevantes, inovadores e plurais. A diversidade de atores traduz agendas interseccionais que desafiam os limites da representação num contexto de crescente desconfiança institucional. As políticas de austeridade e a financeirização aprofundaram desigualdades, catalisando mobilização social e fortalecendo o papel desses movimentos na construção de cidadania ativa e revitalização democrática (Fernandes *et al.*, 2021).

Esses exemplos apontam para a importância da participação contenciosa na vitalidade democrática. Ao colocar problemas na agenda pública, força o debate e a ação das instituições e partidos, equiparando o seu impacto ao de muitos espaços consultivos. A sua capacidade de influenciar políticas, como no recuo da TSU, e reconfigurar discursos sobre habitação e ambiente revela o seu poder transformador. Além disso, ao mobilizar bases sociais e dar visibilidade a grupos marginalizados, essas dinâmicas podem influenciar as dinâmicas eleitorais, compelindo representantes a responderem a novas exigências. Em Portugal, os movimentos sociais permanecem dinâmicos e inovadores, operando entre o local e o transnacional, articulando emocionalidade e estratégia, e ampliando o espaço público democrático ao sensibilizar para desigualdades, politizar injustiças e ativar formas de cidadania que extrapolam os canais institucionais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: INTEGRANDO O DISSENSO NA DEMOCRACIA

A ação coletiva contenciosa, muitas vezes vista como uma perturbação à ordem, deve ser entendida como uma componente essencial da democracia. Os movimentos sociais e as suas formas de participação funcionam como mecanismos de escrutínio e pressão, expondo limites do modelo representativo e dando voz a grupos sistematicamente marginalizados. Em Portugal, esta dinâmica reafirmou-se como parte integrante da vida política, refletindo não apenas a vitalidade da sociedade civil, mas também a persistência de desigualdades e exclusões estruturais que continuam a alimentar o conflito social.

A transição de protestos com base de classe para mobilizações com agendas identitárias e interseccionais – como aquelas ligadas à habitação, ao ambiente, ao antirracismo ou às questões LGBTQIA+ – evidencia a pluralidade e renovação da ação coletiva.

Num contexto de recrudescimento da extrema-direita, que capitaliza desigualdades e promove discursos polarizadores, estas formas de participação assumem um papel ainda mais decisivo. A ação contenciosa constitui um espaço de resistência e afirmação democrática, fundamental para travar retrocessos autoritários e defender valores de justiça, pluralismo e inclusão.

O desafio reside em garantir que estas formas de participação não sejam apenas toleradas ou absorvidas de forma simbólica. É essencial que sejam reconhecidas como expressões legítimas de vontade política, com capacidade de influenciar processos decisórios. Traduzir o seu potencial de mobilização em mudanças estruturais e envolvimento político estável será crucial para enfrentar os dilemas atuais e construir uma democracia mais robusta, responsiva e plural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCORNERO, Guya; PINTO, Pedro Ramos – “Brandos costumes?” Protesto e mobilização em Portugal sob a austeridade, 2010-2013. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre. ISSN 1980-864X. 41: 2 (2015) 393-421.
- BAUMGARTEN, Britta – Geração à Rasca and beyond: Mobilizations in Portugal after 12 March 2011. *Current sociology*. ISSN 0011-3921. 61:4 (2013) 457-473.
- BOBBIO, Luigi – Designing Effective Public Participation. *Policy and Society*. ISSN 1839-3373. 38: 1 (2019) 41-57.

CARVALHO, Anabela; SCHMIDT, Luísa; SANTOS, Filipe Duarte; DELICADO, Ana – Climate Change Research and Policy in Portugal. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*. ISSN 1757-778. 5: 2 (2014) 199-217.

CARVALHO, António – *Antropoceno(s): Crise climática, ontologia e o social*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024. ISBN 9789892626208.

COHEN, Joshua – *Deliberation and Democratic Legitimacy*. Londres: Routledge, 2002. ISBN 9780203986820.

CROUCH, Colin – *Post-Democracy*. Nova Jersey: John Wiley and Sons, 2004. ISBN 9780745633152.

DELICADO, Ana; SILVA, Luís; JUNQUEIRA, Luís; HORTA, Ana; FONSECA, Susana; TRUNINGER, Mónica – Ambiente, paisagem, património e economia: Os conflitos em torno de parques eólicos em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. ISSN 0254-1106. 100 (2013) 11-36.

DELLA PORTA, Donatella – *Can Democracy be Saved? Participation, Deliberation and Social Movements*. Cambridge: Polity Press, 2013. ISBN 9780745664606.

DELLA PORTA, Donatella – *Social Movements in Times of Austerity: Bringing Capitalism Back Into Protest Analysis*. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2015. ISBN 9780745688589.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario – *Social Movements: An Introduction* (3ª edição). Malden: Blackwell Publishing. 2020. ISBN 9781119167655.

DIAS, Hugo; FERNANDES, Lúcia – A greve geral de novembro de 2012 e os protestos anti-austeridade – análise a partir do caso português. *International Journal on Working Conditions*. Porto. ISSN 2182-9535. 11 (2016) 37-54.

FERNANDES, Tiago; ARAÚJO, Cláudia; SANTOS, Isabel G.; ROMANOS, Eduardo – Ciclos de protesto e democracia: uma comparação entre Portugal e Espanha, 2000-2019. *Sociologia, Problemas e Práticas*. ISSN 0873-6529. 97 (2021) 9-33.

FRASER, Nancy – *Scales of justice: Reimagining political space in a globalizing world*. Nova York: Columbia University Press, 2009. ISBN 978-0-231-14680-7.

FUNG, Archon – Varieties of Participation in Complex Governance. *Public Administration Review*. ISSN 00333352. 66: 1 (2006) 66-75.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis – *Why Deliberative Democracy?* Princeton: Princeton University Press, 2004. ISBN 9780691120195.

HABERMAS, Jürgen – *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Cambridge, MA: MIT Press. 1996. ISBN 10. 0262581620.

LIJPHART, Arend – Unequal participation: democracy's unresolved dilemma. *American Political Science Review*. Austin. ISSN 0003-0554. 91: 1 (1997) 1-14.

MAGALHÃES, Pedro – *A Participação Política da Juventude em Portugal Um retrato comparativo e longitudinal, 2002-2019. Gulbenkian Studies #1*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2023. [consultado a 18 de julho de 2024]. Disponível em: https://gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2022/03/Relato%CC%81rio-01-final_red.pdf

MELUCCI, Alberto – The symbolic challenge of contemporary movements. *Social Research*. ISSN 0037-783X. (1985) 789-816.

- MENDES, Luís; TULUMELLO, Simone – Changing social movements in Lisbon? Housing financialisation and post-pandemic activism. *Critical Housing Analysis*. ISSN 2336-2839. 11:1 (2024) 115-126.
- MOUFFE, Chantal – *The Democratic Paradox*. Londres: Verso, 2000. ISBN 9781859842799.
- OFFE, Claus – New social movements: Challenging the Boundaries of institutional politics. *Social Research*. ISSN 0037783X. 52: 4 (1985), p. 817-868.
- PALACIOS CEREZALES, Diego – *Portugal à Coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-China, 2011. ISBN 9789896710866.
- RANCIÈRE, Jacques – *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014. ISBN 9788575594001.
- SANTOS, Ana Caroline Trindade; VASCONCELOS, Pedro – O activismo negro em Portugal: dinâmicas e reivindicações. *Revista Migrações - Número Temático afrodescendentes em Portugal*. Lisboa. ISSN 1646-8104. 16 (2019) 79-96.
- SANTOS, Ana Cristina – *Social Movements and Sexual Citizenship in Southern Europe*. Basingstoke: Palgrave-Macmillan, 2013. ISBN 9780230289581.
- SOEIRO, José – Estou aqui por reear o meu futuro. Juventude, precariedade e protesto. *Configurações: Revista de Ciências Sociais*. Braga. ISSN 1646-5075. 9 (2012) 103-119.
- TARROW, Sidney – *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics* (3rd ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 2011. ISBN 9780511973529.
- TEORELL, Jan - Political participation and three theories of democracy: A research inventory and agenda. *European Journal of Political Research*. ISSN 1475-6765. 45:5 (2006) 787-810. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2006.00636.x>.
- TILLY, Charles; TARROW, Sidney – *Contentious Politics* (2ª edição revista). Nova Iorque: Oxford University Press, 2015. ISBN 9780190255053.
- TORCAL, Mariano; MONTERO, José Ramón – *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social Capital, Institutions, and Politics*. Londres: Routledge, 2006. ISBN 9780415511384.
- TORMEY, Simon – *The End of Representative Politics*. Cambridge: Polity Press, 2015. ISBN 13: 978-07456881955.
- TOURAINE, Alain – *The Voice and the Eye*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. ISBN 0521238749.
- TULUMELLO, Simone; MENDES, Luís – Movimentos sociais urbanos em tempos de crise. In DRAGO, Ana (Coord.) – *A segunda crise de Lisboa: uma metrópole fragilizada*. Coimbra: Actual, 2022. p. 159-193. ISBN 9789896947576.
- VAN DETH, Jan W. – A Conceptual Map of Political Participation. *Acta Politica*. ISSN 1741-1416. 49: 3 (2014) 349-367.
- VAN REYBROCK, David – *Contra las elecciones. Cómo salvar la democracia*. Barcelona: Taurus, 2017. ISBN 9788430618422.